



Artigos Originais

Suicídio, Gênero e Sexualidade na era digital

Suicide, gender and sexuality in the digital era

Thiago Nafaguchi¹
Rubens de Camargo Ferreira Adorno¹

¹ Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Resumo: Neste artigo, discutimos a questão do suicídio da população LGBTQIA+ por meio de um caso de uma mulher trans que, antes de seu suicídio, publicou carta de despedida no Facebook e comentário dizendo que a transfobia teria sido o principal motivo para o seu ato; e sua repercussão com a criação da hashtag "#MinhaPrimeiraTentativa" na rede social, por onde algumas pessoas relataram suas experiências com tentativas de suicídio. Nosso objetivo, aqui, é ampliar a discussão do suicídio na população LGBTQIA+ por meio de uma abordagem antropológica e contemporânea que considera a internet como importante forma de comunicação da vida, da morte, dos controles, dos sofrimentos e das subjetividades e que, por isso, também é relevante para as discussões atuais sobre o fenômeno do suicídio. Usamos, assim, os conceitos da antropologia digital, que considera que o digital é essencial para compreender o que significa ser humano.

Palavras-chave: suicídio, gênero, sexualidade, antropologia, antropologia digital

Abstract On this paper, we aim to discuss the LGBTQIA+ suicide phenomenon through a case in which a trans woman, before committing suicide, had posted a goodbye letter on her Facebook timeline and had added a comment charging "transphobia" as one major cause for her act; and the case repercussion with the creation of the hashtag "#MyFirstAttempt", where people were encouraged to narrate their attempted suicide experiences. We intent, here, to amplify the debate surrounding LGBTQIA+ suicide through an anthropological and contemporary approach that places the internet as an important way to communicate life, death, control, suffering and subjectivities; for which it is relevant to an actual discussion of the suicide phenomenon. Thus, we make use of the digital anthropology concepts, for which the digital is essential to understand what it means to be human.

Keywords: suicide, gender, sexuality, anthropology, digital anthropology.

1. Introdução

Terça-feira, segundo dia do segundo mês do 2016º ano do calendário cristão, início da noite, centro de São Paulo, Alexaⁱ prepara-se para se atirar pela janela. Mulher trans, vinte e poucos anos, Alexa escreve uma mensagem e posta no seu mural do Facebook junto com um vídeo do YouTube para uma música cuja letra começa com "*I'm going away, forever, never coming back this way*"ⁱⁱ; cujo título se pode traduzir por "Morrendo". Na mensagem se lê:

"Às vezes, encarar nossas mentiras é mais pesado que encarar a realidade, e eu não consigo mais encarar essa realidade fantástica que eu criei. Covardia ou coragem? Demorei tempo para acumular a coragem, mas ela veio quando não conseguia mais suportar o dia-a-dia (queria continuar, mas já não consigo respirar direito). Como desistir de quem você é? Isso não significa a própria morte? E quantas vezes nós morremos esse mês? Se eu tivesse mais vidas, daria todas elas por vocês. Queria só ter metade da força de vocês, queria só ser metade do que vocês são. A vida tem seu sarcasmo; ela é bonita, e isso é o mais cruel, não, nada nunca é o fim. Hasta siempre! Amo vocês."

Adicionou, ainda, um comentário para destacar: "última coisa: não foram as drogas, foi a transfobia. Dika". Então, se lançou para a sua derradeira morte.

O suicídio de pessoas LGBTQIA+ⁱⁱⁱ é um assunto ainda pouco debatido nas esferas públicas (como na formulação de políticas e pesquisas acadêmicas). Não existem dados e pouco se sabe dessa realidade, mas se sabe que ela é recorrente, que muitas pessoas da sigla já pensaram ou tentaram se matar; muitas conseguiram. Algumas pesquisas apontam que a suicidabilidade das pessoas LGBTQIA+ pode ser de duas a sete vezes maior que de homens e mulheres heterossexuais; isso quer dizer que não apenas realizem mais tentativas, como também costumam usar modos com maior probabilidade de um resultado fatal^{1,2,3,4}.

Na tentativa de entender melhor esse tema tão complexo, esse artigo tem por objetivo mostrar como um caso repercutiu nas redes sociais e algumas de suas consequências; inserindo-se numa discussão contemporânea que coloca a internet como importante modo de comunicação da vida, da morte, dos controles, dos sofrimentos e das subjetividades e que se mostra relevante para as discussões sobre o suicídio, independente da área de abordagem; para isso, usando dos preceitos da antropologia digital, que leva a condição humana para o centro das questões do digital – das construções dos cabos de fibra ótica ultramarinos ao uso das redes sociais.

Além disso, neste artigo, presume-se que o próprio entendimento das questões de gênero e sexualidade no contemporâneo, situado cada vez mais em um campo midiático e reflexivo, mostra que, ao contrário do que se pensa, a maior visibilidade desse campo não tem influenciado para um maior respeito às diversidades e aos diferentes modos de vida visíveis e presentes no cotidiano. Voltamos a assistir uma disputa – desde o campo moral ao religioso – que volta a atacar a mera menção à temas como gênero e sexualidades como se tivéssemos retornado 3 ou 4 décadas.

1.1 Suicídio

O suicídio é um fenômeno que, por colocar em foco o tema da finitude da vida, acaba se tornando socialmente incômodo, especialmente por ser tratado em uma sociedade que passou a celebrar a vida como um bem moral, vinculado ao consumo e à reprodução. Essa questão fez do suicídio um tema clássico da sociologia⁵ que, enquanto uma disciplina, tinha como empreendimento teórico destacar o desenvolvimento e a preservação da sociedade ocidental moderna, mas que também tinha uma perspectiva de olhar para a sociedade como um campo de mudanças, colocando em foco o humano como agente, corroborando para uma centralidade do tema da vida em suas discussões. Interessante destacar que a grande contribuição desta sociologia clássica para o tema do suicídio foi o de retirar o ônus dessa ação da órbita do indivíduo e de colocar em foco o tema da finitude da vida como concernente às forças e relações da sociedade, ou seja, de encarar o suicídio como parte das relações sociais e não como um atributo comportamental dos sujeitos. Em Durkheim, essas forças e valores viriam de

um consenso social, enquanto que para Marx^{6,7}, o suicídio já aparece como um fato vinculado às relações de gênero e poder.

Ao ser tratado no campo da saúde pública, e mais especificamente como um fato epidemiológico, o foco do fenômeno volta-se para o sujeito e o suicídio passa a ser definido como aqueles casos em que o indivíduo provocou a morte de si mesmo; nomeando-se essa ação como uma violência autoinfligida com ou sem intenção fatal; e, por consequência, passa-se a discriminar um suposto 'comportamento suicida' – que inclui o pensamento (ideação), o planejamento, a tentativa e o ato suicida em si. Nessa direção é que podemos pensar o suicídio como um “dispositivo” no sentido foucaultiano, que envolve uma intensa produção discursiva a partir dos marcos institucionais do campo da saúde nas sociedades contemporâneas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde⁸, em 2012, aproximadamente um milhão de pessoas se matou no mundo, o que quer dizer uma morte por suicídio a cada 40 segundos. A média mundial é 11,4 mortes por suicídio a cada 100 mil habitantes (15 para os homens e 8 para as mulheres). É a segunda maior *causa mortis* de pessoas entre 15 e 29 anos. Acredita-se que, para cada suicídio bem-sucedido, ocorram de 10 a 20 tentativas, ou seja, entre 10 e 20 milhões de tentativas ao ano, algo como uma tentativa a cada 3 segundos. Acredita-se, também, que todos esses números são subnotificados. O Brasil tem uma taxa que varia entre 4 e 6 mortes por suicídio a cada 100 mil habitantes, dependendo do estado. Porém, por conta de seu tamanho continental e de seu total de habitantes, o país está entre os dez países com maior taxa global de suicídio por ano, pouco mais de 6 mil pessoas⁹. A taxa de suicídio de pessoas entre 14 e 24 anos aumentou mais de 1900% num curto período de duas décadas¹⁰. Ou seja, esses dados evidenciam a importância do tema dentro da área de Saúde Coletiva.

Aqui consideramos o suicídio como um ato social e cultural, entendendo-o a partir do dualismo público/privado e considerando-o como um ato comunicacional. Quando pesquisou o ato enquanto um espetáculo na metrópole, Fernanda Marquetti levou em consideração que o suicídio não é somente uma ação de foro íntimo, mas que pode possuir uma exterioridade relacionada a “composição de cenário, *script*, plateia, espectadores, aproximando-o mais de uma produção cultural do que de um problema de saúde.”¹¹ O trabalho da autora realiza uma mediação interessante entre o tema do sujeito ou do indivíduo presente em uma sociedade que cada vez mais torna público (e estimula) a subjetivação e os territórios e espaços das relações e conflitos que colocam limite às subjetividades.

Assim, para ela, “o suicídio, sob esta óptica, deixa de ser algo incompreensível, anormal, para mostrar uma articulação extremada de conflito que não encontra outra resolução, exceto a morte”. E, ainda,

Podemos pensar o suicídio como um evento que se produz dentro de um conflito social maior e que pressiona as formas culturais usuais referentes ao padrão de morte ocidental, ocasionando, assim, uma forma de morte diferente dos padrões ocidentais de discrição, silêncio, higiene, medicalização etc. O suicídio-espetáculo pode ser um evento que descobre uma das fissuras na sociedade contemporânea e que permite revelar um padrão cultural diverso, trazendo a morte para o meio social e elaborando-a de forma diferente, contrariando a padronização cultural de morte no ocidente¹².

Como um evento registrado no tempo social, o suicídio é a “transgressão da morte interdita”¹³, ou seja, representa, mais do que nunca, principalmente por conta do fenômeno do suicídio na internet, o que a autora considera como a transgressão das regras do público-privado bem como das “rígidas prescrições do lugar da morte na sociedade atual”¹⁴. Assim como os atos descritos pela autora, essa cena destrói e reconstrói “os limites entre público e privado, num processo de comunicação de novos sentidos de vida, cotidiano e sociabilidade”, e, ainda,

(...) as fronteiras entre tais espaços e usos estão em remodelação constante, seria o suicídio uma das formas culturais de indagar, romper e engendrar novas linhas divisórias entre público e privado? Ao que parece, sim.¹⁵

Ou seja, nessa concepção, o suicídio deixa de ser somente um item nosográfico, psicológico, *causa mortis* marginal, e passa a ser um ente cultural, que se elabora sobre os

construtos da relação do homem com a morte no ocidente e que sempre está em busca de novas formas de ser um espetáculo além dos limites do público-privado. O suicídio é um fenômeno que precisa ser compreendido levando-se em consideração tanto os conhecimentos normativos da medicina e da psicologia quanto as discussões marginais de novas antropologias e sociologias que surgem na esteira do ser moderno e digital.

Staples e Widger sugerem que o suicídio é um tema que atinge a todos nós e que o comportamento suicida “levanta questões sérias sobre e desafia o entendimento tanto da natureza quanto da cultura humana”¹⁶ existindo enquanto negação das duas. Ainda, questões sobre a existência e sobrevivência são cruciais para seres humanos em qualquer lugar, e vão direto ao centro de um questionamento antropológico. Os autores ainda dizem que o fazer etnográfico permite com que o tema tenha um enfoque diferenciado a partir do ponto de vista dos informantes; e, ainda, afirmam que no cerne da questão

“Está o entendimento do suicídio como uma forma de relacionamento social em seus próprios termos – como um meio através do qual as pessoas não apenas põem em risco ou interrompem a própria vida, mas também passam a compreendê-la e o mundo ao redor. [...]. Propomos que o suicídio deveria ser entendido não só como um ato destrutivo, mas também um ato constitutivo.”¹⁷

Portanto, aqui consideramos o suicídio como um ato comunicativo e constitutivo, inserido nas tramas sociais e decididamente cultural. O suicídio de pessoas LGBTQIA+ comunica, dentre tantas coisas, que ainda é difícil estar vivo quando sua orientação sexual (orientação do desejo afetivo-sexual – ou a falta dele) e sua identidade de gênero são postas a prova o tempo todo na sociedade.

2. Suicídio, gênero e sexualidade: um enfoque biopolítico

2.1A biopolítica de Foucault

Foucault pontua a transformação do poder soberano acerca do direito de decisão sobre a vida e a morte a partir das grandes guerras sangrentas que começaram no século XIX: o “formidável poder de morte (...) apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjuntos”¹⁸. As guerras não buscam mais defender o soberano, mas a existência de todos, “populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver”, e arremata, “pode-se dizer que o velho direito de *causar a morte ou deixar viver* foi substituído por um poder de *causar a vida ou devolver à morte*”¹⁹. Ou seja, nesse poder, aplicado nos exemplos utilizados de guerra e de pena capital pelo autor, elimina-se aquele que causa perigo biológico à necessidade de manutenção, garantia, sustentação e multiplicação da vida porque é sobre a vida que o poder vai estabelecer seus pontos de fixação (já que a vida é esta e a morte é seu limite).

O poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas, a do corpo como máquina a ser adestrada, a ser ampliada, a ter a força aumentada caracterizado pela disciplina anátomo-política do corpo; e a do corpo-espécie, centrada em processos biológicos (nascimento, morte, reprodução, longevidade, etc), pelos controles reguladores que Foucault chama de biopolítica da população.

“As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo”²⁰

Isso se dava essencialmente pelo rápido desenvolvimento de disciplinas diversas (escolas e colégios, e.g.) e do aparecimento “no terreno das práticas políticas e observações econômicas,

dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração”²¹, daquilo que Foucault chama de técnicas numerosas e diversas com fins de obter sujeição dos corpos e controle das populações. Ou seja, para ele, a vida estava na centralidade da construção desse controle político e, portanto, estava marcada a inclusão da vida na política; ou, como qualifica o autor, a entrada da vida na história: “o homem”, no sentido de ser humano, “durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”²².

2.2 Vidas precárias

Muitos pensadores se fundamentaram no conceito de biopolítica de Foucault para desenvolverem suas teorias; com a entrada da vida na política – e na história –, com os desdobramentos da biologia, da biomedicina, da medicina, das ciências da saúde etc., e, portanto, o conceito de vida sempre sendo definido e regenerado em novos modos de conhecimento e poder.

Uma vida é sempre relacionada à outra vida; das estatísticas censitárias – em que cada indivíduo é considerado na construção topológica do que denominamos uma sociedade específica – às vidas das pessoas próximas –, ela sempre está relacionada à outra ou outras vidas. Desde que nascemos, nossas vidas estão nas mãos dos outros.

Para Butler, por exemplo, algumas vidas são mais vivíveis que outras. Quando escreveu seu *Quadros de Guerra*, tratou das guerras praticadas por seguidos governos norte-americanos para explicar e expandir seu conceito de *vida precária*. Para ela, grosso modo, existe uma medida de valor para a vida que é dada pela morte; uma vida é mais vivível que outra quando ela é mais passível de luto. Butler considera que “a vida, concebida como vida precária, é uma condição generalizada, e sob certas condições políticas se torna radicalmente exacerbada ou radicalmente repudiada”²³. Desse modo, não podemos tentar estender esse entendimento para as vidas dos LGBTQIA+? Ela diz

“Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.”²⁴

Cover²⁵ aponta para essa direção não só lembrando que a característica de precariedade da vida é social, mas também colocando que, para alguns sujeitos, “o suporte físico, infraestrutural, financeiro e social e a proteção para uma vida ser mantida é maior que para outros sujeitos” (itálico do autor). E ainda,

para uma sociedade tomar nenhuma ação ou demonstrar qualquer preocupação especial sobre o suicídio de jovens *queer*^{iv} é não-ético, porque falha em reconhecer a necessidade de suporte na inter-relação que é endêmica a todos os sujeitos²⁶.

Então, o autor aponta que uma resposta a essa questão, apesar de complexa, de forma pragmática e filosófica, só pode ser apontada longe das amarras e estruturas normativas nas quais a questão do suicídio das populações LGBTQIA+ se tornou, por consequência, temas de políticas, temas sociais ou temas de pesquisas (na realidade, quando o são, posto que podemos considerar que ainda vivemos um atraso porque esse assunto ainda é, na maior parte do tempo, um não-dito). Ou seja, o tema deve transcender o conhecimento acadêmico e se inserir nas discussões sociais em diversos níveis.

2.3 Gênero, sexualidade e biopolítica

Butler²⁷ utiliza da noção foucaultiana de que o poder regulatório não somente atua sobre o sujeito, como também o modela e o forma e de que, ser sujeito para uma regulação é se tornar sujeito/subjetivado por ela, ou seja, ser um sujeito precisamente por estar sendo regulado. Mais ainda, os discursos que formam os sujeitos engendrados são exatamente aqueles que determinam os sujeitos em questão.

A matriz heterossexual também é a base dos binarismos homem/mulher e masculino/feminino, ou seja, de um sistema que entende tanto o sexo quanto o gênero como dois polos físicos opostos ou simetricamente diferentes. Se o corpo é entendido como contornos (ou fronteiras) que definem o próprio corpo e se configuram nas próprias margens, qualquer ultrapassagem dessas fronteiras é uma violação da matriz heterossexual, ou seja, isso pode se configurar como uma performance repetitiva na superfície do corpo que Butler denomina performatividade. Essas fronteiras delimitam que o gênero seja apreendido e repetido desde sempre em uma heteroconformatividade binária (sexo e gênero conformados).

Pensando o gênero como uma categoria (não-essencial e não-determinística, se possível) que pode ser independente da sexualidade, de acordo como uma configuração social da performatividade que surge uma proposta de uma teoria *queer* da própria Butler em seu texto "Gender Regulations":

Essa forma de reduzir o gênero à sexualidade tem, portanto, dado lugar a dois entendimentos separados mas sobrepostos sobre a teoria *queer* contemporânea. O primeiro movimento é separar a sexualidade do gênero, para que, assim, ter um gênero não pressupõe que se envolva em determinadas práticas sexuais; e, ter práticas sexuais determinadas, sexo anal, por exemplo, não pressupõe que se é de um dado gênero. O segundo e relativo movimento dentro da teoria *queer* é argumentar que o gênero não é redutível à heterossexualidade hierárquica e que toma diferentes formas quando contextualizado à sexualidades *queer*, de fato, que suas binaridades não podem se garantir fora de uma estrutura heterossexual, que o gênero é, per se, internamente instável, que vidas transgêneras são evidência de um colapso de quaisquer linhas de determinismo causal entre sexualidade e gênero²⁸.

É interessante observar como Butler constrói sua ideia de gênero como uma norma: "uma norma não é a mesma coisa que uma regra e, também, não é a mesma coisa que uma lei: a norma opera dentro de práticas sociais como o padrão implícito da normalização"²⁹. Assim, mesmo que a norma seja aparentemente invisível ou imperceptível, ela garante um grau social de inteligibilidade que nos faz pensar que estar fora da norma é, ainda, estar sob sua medida. Por exemplo, ser "bem masculino" depende do que é entendido como o que é ser masculino.

Dessa forma, de acordo com a autora, o discurso de gênero baseado no binarismo homem/mulher é um poder regulatório que naturaliza os modelos hegemônicos e encerram a reflexão sobre a ultrapassagem desses modelos. Assim, de certa perspectiva, por serem esses modelos as únicas possibilidades desses discursos e, também, por serem determinadamente heterossexuais, as normas de gênero também normatizam as sexualidades.

Recentemente, no Brasil, tivemos um grave retrocesso depois do que pareceu ser um avanço: o Plano Nacional de Educação, originalmente, propôs que temáticas sobre sexualidade e gênero fizessem parte do currículo da Educação Básica. Deputados pertencentes à "bancada evangélica" (que é mais fundamentalista que evangélica) tanto fizeram que conseguiram suprimir o termo "gênero" do texto, alegando uma "ideologia de gênero" que supostamente ensinaria as crianças desse país que seria normal "trocar de sexo". Assim, ficou a cargo dos estados e municípios legislarem se o termo devia ou não estar dentro dos planos de educação de suas esferas administrativas. Não é necessário dizer que o pânico social e moral criado em torno da "ideologia de gênero" venceu em quase todos os planos.

Se as vidas de pessoas trans, por exemplo, não são consideradas nem sequer para uma inclusão em leis e políticas públicas, isso não quer dizer que essas vidas são politicamente repudiadas no sentido que Butler propõe? Se o Brasil é um dos países que mais extermina mulheres trans e mesmo assim fecha os olhos para sua sistemática exclusão, isso não quer dizer que essas vidas não são passíveis de luto? O mesmo eu diria com relação ao suicídio dessa população; com tantos casos que acompanhamos, o que tem sido feito? Políticas públicas inclusivas, programas de prevenção e pesquisas basicamente inexitem; se existem, estão circunscritas em grandes metrópoles e enfrentam fortes resistências por setores conservadores da sociedade.

Consideramos que tratar dos temas gênero, sexualidades e biopolítica é considerar a trama de conflitos e de poder que se estrutura nas sociedades e que implica na divisão do valor das vidas, ou do valor dos "sujeitos", nesse caso, "portadores" de corpos marcados pelo gênero. Essa temática para além da vida/morte traz à tona outro aspecto da biopolítica dos corpos: o sofrimento social, considerado a partir das influências macrossociais que incidem sobre os territórios de vida das pessoas LGBTQIA+.

Nesse sentido falamos de “sofrimento social” como uma noção que se reporta hoje tanto à crítica aos modelos biomédicos que universalizam categorias como dor, emoções, sentimentos, depressão; como ao reconhecimento de distintas experiências de opressão, constrangimentos, traumas que envolvem um conjunto de instituições no âmbito da justiça, da ciência, da religião e das moralidades que se interpõem aos sujeitos a partir do seu contexto de vida e ao peso que distintos marcadores sociais tem na suas vidas cotidianas. Considerando aqui que o campo de gênero e as sexualidades apresentam grande peso nas subjetividades contemporâneas, tomamos o fato de que todas políticas que partem de um essencialismo de gênero – das médicas às morais e religiosas – encontram-se na raiz desse sofrimento social porque parte das relações entre sujeitos na sociedade. Pensar sofrimento social implica necessariamente pensar ações transformadoras e perspectivas de mudança para o quadro que perpetua o sofrimento^{30,31}.

2.4 De GLS a LGBTQIA+

A história recente que envolve as siglas que inicialmente marcavam gays e lésbicas e seus simpatizantes, para lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexos e assexuais, demonstra a proliferação em um campo de marcadores da diferença que envolveria, de um lado, o estabelecimento da heteronormatividade e as relações de sexo e gênero, como camisas de força presas a um binarismo como norma, algo que persiste não apenas pela imposição, mas pela repetição, reiteração³², e também como atos regulatórios que atuam não somente sobre o sujeito, mas sobre suas concepções e representações. E, por outro lado, quando desvelados e libertados de sua condição naturalizada e binária, esses marcadores vão propiciar uma maior amplitude e reconhecimento a novas construções subjetivas: se o gênero é uma norma, ele pode ser reinventado – assim como podem ser múltiplas as relações com as sexualidades. Nesse sentido o desvelamento e a proliferação de siglas (que não são mera sopas de letrinhas), se mostram como um reconhecimento de modos de vida, subjetividades que não cindem representações e corporalidades sintetizadas enquanto campos de sentimentos, sensações e experiências performático-sexuais.

Nesse sentido, desenvolvemos uma pesquisa a partir das redes sociais partindo do pressuposto de que elas não somente têm promovido um intenso dispositivo discursivo em torno dos temas no campo LGBTQIA+, como se tornado reveladoras e ambientes para essa exposição.

3. Pesquisa nas redes sociais

3.1 Contexto da pesquisa

Os dados desse artigo fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre o suicídio da população LGBTQIA+, mas são específicos ao episódio de suicídio e as reações geradas a partir dele. Tudo ocorreu dentro do Facebook e as páginas foram salvas porque muitas delas foram apagadas depois. Foi por acaso que se viu, no mural da rede social, que uma pessoa tinha postado sobre o caso de suicídio; porém, sem dizer o nome da pessoa. Contudo, como o caso repercutiu bastante, em poucas buscas foi possível encontrar o perfil que tinha a publicação final no modo público (poderia escolher entre postar somente aos ‘amigos’ ou para pessoas específicas da rede, o que tornaria a postagem inacessível; aliás, esse trabalho só se faz possível por contar com a ‘amizade’ de diversos perfis de pessoas trans no Facebook). No dia seguinte, com a criação da *hashtag*, uma simples busca na rede retornou como resultado diversas postagens de diferentes pessoas que publicaram a utilizando, provavelmente muitas outras estiveram inacessíveis por não serem públicas. Todas as informações pessoais dos citados estavam disponíveis em seus perfis públicos, nomes e alguns dos outros dados foram trocados para preservar o anonimato das pessoas.

3.2 Redes sociais e Antropologia Digital

Para danah boyd³³, na última década, as redes sociais passaram de um amontoado de tecnologias para se transformarem em sites e serviços que estão no coração da cultura contemporânea. Dentro dessas redes se encontram sites como o Facebook e o finado Orkut, sites de compartilhamento de vídeos, como o YouTube, sites de blog ou microblog, como WordPress e Twitter e as demais plataformas de criação de conteúdo, de compartilhamento e de

socialização. É nesse contexto de ferramentas de comunicação que jaz o *ethos* por trás desse fenômeno técnico e econômico referido como *Web2.0*.

“O que torna a ‘mídia social’ significativa enquanto uma categoria não são suas várias tecnologias rotuladas enquanto ‘mídia social’, mas, sim, as dinâmicas sócio-técnicas que se abrem enquanto milhões de pessoas abraçam a variedade de tecnologias disponíveis em um tempo particular e as usam para colaborar, compartilhar e socializar³⁴.”

Para Boyd e Ellison³⁵, uma rede social é um serviço baseado na internet que permite que o(a) usuário(a) “(1) construa perfil público ou semipúblico em um sistema fechado, (2) articula uma lista de outros usuários com quem se pode se conectar e (3) visualiza e atravessa sua lista de conexões e de outrem dentro do sistema”³⁶. Essa definição, apesar de mais antiga, ainda dá conta de algo que está em constante transformação. As principais características de uma rede social é que ela permite a criação dos mais diversos tipos de conteúdo e permite, também, que tal conteúdo exista por meio de compartilhamentos e socializações que andam, na maior parte do tempo, de mãos dadas. Desde a criação dessas plataformas até hoje, diversas modificações foram executadas sem que se perdesse a característica de socialização. Do axioma que determina o que deve aparecer na sua *timeline* do Facebook às diversas adaptações das redes sociais quando estas se transformaram, também, em aplicativos para telefone móvel, as redes sociais continuam se baseando nesse *ethos* comunicacional e socializante.

A existência das redes sociais só é possível por conta da materialidade da internet e, portanto, do que chamamos aqui de digital: toda informação que pode ser “traduzida” por um código binário composto por zeros e uns. A internet só é possível porque existem uma série de cabos ultramarinos, servidores e terminais pessoais que permitem produzir, transmitir e armazenar toda essa informação de códigos binários.

Dentro dessas conceituações, surge um campo de análise e produção de conhecimento chamado de Antropologia Digital, que considera que o digital “pode e deve ser uma maneira efetiva de refletir sobre o que significa ser humano, que é a tarefa final da antropologia enquanto disciplina”³⁷. Horst e Miller enumeram seis princípios que estão no cerne da antropologia digital: (i) o digital intensifica a natureza dialética da cultura; (ii) a humanidade não é um iota mais mediado por conta do surgimento do digital; (iii) o compromisso com o holismo; (iv) a importância do relativismo cultural e a natureza global do nosso encontro com o digital; (v) a ambiguidade fundamental da cultura digital e, finalmente, (vi) a materialidade dos mundos digitais.

Isso tudo para entender o digital enquanto essencialmente humano, enquanto construção e funcionamento. E, enquanto acontecimento humano, não o transcende, mas o ressignifica na malha espaço-temporal. Os princípios antropológicos do holismo, do relativismo cultural e da materialidade se mantêm no digital. Por exemplo, não é porque hoje as pessoas escrevem cartas de despedida (muitas vezes públicas) nas redes sociais que elas não teriam escrito antes do surgimento delas em outros meios. É por isso que discutir antropologicamente o suicídio na era digital é essencialmente discutir o suicídio – porque não é um fenômeno novo, mas um mesmo fenômeno com roupagens diferentes.

4 Alexa e #MinhaPrimeiraTentativa

4.1 Parte 1: caso e repercussão

O suicídio de Alexa, descrito na introdução, gerou comoção nas redes sociais. No dia seguinte, diversas pessoas se manifestaram no Facebook. Anna, pessoa trans e ativista nas redes sociais, publicou uma mensagem sobre o suicídio das pessoas trans, contando um pouco do relacionamento que tinha com Alexa e o quanto estava consternada com o fato. Fizemos uma busca pelo nome e prontamente encontramos o perfil dela e a derradeira mensagem. Em sua foto de perfil, as cores da bandeira da causa trans (azul e rosa claros).

A mensagem de despedida teve mais de 700 curtidas e por volta de 60 compartilhamentos. Os dois primeiros comentários a chamavam de pessoa incrível, o terceiro a chamava para conversar e já no quarto, JeanGrey comunica “aos amigos de Alexa, acabei de me comunicar com uma familiar dela (sic), Alexa (nome completo) faleceu ontem à noite”. Questionada sobre o que ocorreu, JeanGrey posta um *print* da conversa que ela teve: “Estamos

muito preocupados com o que aconteceu e não temos contato com a família, Alexa está bem?", tendo a resposta "Oi, não está ☹, ela se jogou do apartamento, infelizmente faleceu". Depois disso, os comentários foram direcionados à Alexa já com o conhecimento de sua morte: "Você nos ensinou muitas coisas lindas, te amamos sempre!" (41 curtidas); "Alexa, querida, vc certamente estará em um lugar envolta de paz e amor! Hasta siempre!" (42 curtidas); "Não acredito direito ainda... Acendendo velas para vc aqui, que tudo seja tranquilo, és uma pessoa linda." (15 curtidas); "Alexa, vc foi uma pessoa incrível, iluminada e superinteligente. A sua estadia na terra não foi em vão, vou sempre lembrar de vc e tenho muito orgulho de ter te conhecido" (12 curtidas); "Que você encontre a paz que não encontrou nesse mundo. Agradecida pelos seus ensinamentos, pela sua vontade de transformação por uma sociedade melhor. Obrigada por passar em nossas vidas, amiga. Fique bem." (36 curtidas).

Aurora deixou a seguinte mensagem:

"Merda de mundo que mata pessoas trans todo dia! Merda de sociedade que faz pessoas sucumbirem por seus discursos cristãos bitolados! Gente que trata outras pessoas como abominações apenas por serem diferentes de você! Vocês mataram a Alexa, essa pessoa linda que era iluminada. Eu não tenho palavras para descrever, só irei chorar e lamentar mais uma parceira que se foi por todos os discursos odiosos que Malafaias, Felicianos e Bolsonaro's destilam todos os dias. Sempre te amarei, amiga, colega, irmã." (76 curtidas).

Alguns comentários à frente, JeanGrey deixou as informações sobre o velório e o sepultamento que ocorreram dois dias após.

No dia seguinte, Julieta, ativista trans, movida pelo suicídio de Alexa, cria uma hashtag com o nome #MinhaPrimeiraTentativa, sugerindo que as pessoas LGBTQIA+ contassem seu primeiro encontro com o suicídio:

"Não foi apenas uma vez que tentei me matar, foram muitas. A primeira delas eu tinha apenas 16 anos, fui socorrida pela minha mãe, que chegava do trabalho. Naquele tempo eu não sabia que podia ser trans, eu era apenas um menino gay que não me encontrava em lugar nenhum. A solidão, a rejeição, a negação, me levaram a tentativa de suicídio. A última vez foi no ano passado, fui socorrida, na rua, as 3 da manhã por um amigo. O psiquiatra já quis me internar. (...). O suicídio pode ser evitado. É preciso conscientizar a todos sobre o risco do suicídio que pessoas trans e LGBTs enfrentam. Às vezes, parece ser melhor não estar no mundo. Hoje, Alexa se foi, se não fizermos nada, muitas mais de nós continuaremos a ir embora." (276 curtidas).

A partir de então, muitas pessoas começaram a postar seus relatos e, então, foi possível encontrar e ler algumas mensagens públicas que usaram a hashtag #MinhaPrimeiraTentativa. Io, por exemplo, deixou a seguinte mensagem:

"(...). Falar de suicídio ainda é, para mim, um exercício de voz: o relato em si só acontece se tiver toda uma sequência de silêncios que me permitam continuar falando, seja ele escrito ou oral. É triste admitir isso, sim, mas até hoje eu penso em quem vou 'desrespeitar' ou 'incomodar sem necessidade' se estiver falando do assunto. E não raramente isso me vem à cabeça muito antes, por exemplo, da própria constatação de que não é e nunca deveria parecer natural um adolescente da idade que eu tinha ser internado por envenenamento em um centro hospitalar e ainda ter que lidar com isso sozinho por todos os anos seguintes." (27 curtidas)

Dione conta a história de quando se assumiu gay e passou a sofrer abusos da mãe. Buscou um encontro LGBTQIA+ para tentar se relacionar com outras pessoas, mas relata que não foi como esperava; diz que numa dessas ocasiões sofreu um abuso sexual "corretivo" de quatro ou seis pessoas. Com o sentimento de solidão e os constantes abusos da mãe, que ele diz que batia na porta de seu quarto com um amassador de alho sempre que se trancava, ele decidiu misturar todos os comprimidos que tinha por perto e "dormir para nunca mais acordar".

Ariel diz que tentou diversas vezes entre os 14 e 19 anos por ter sido sempre motivo de piada por conta da roupa, do cabelo e da maquiagem e, também, por ter apanhado na escola, na rua e em casa. Segundo ele, "cada vez que acordava (da tentativa de suicídio), era uma

sensação de ter matado apenas as coisas boas, se é que existiam". Continua com "ter depressão e falar das tentativas de suicídio não é símbolo de resistência, é se sentir incompetente por não ter tomado uma cartela a mais, não ter cortado mais fundo, não ter bebido um pouco mais de produto de limpeza, não ter se drogado mais".

Em um comentário, Theo diz que já tentou, mas não tem coragem de fazer um relato nas redes sociais por conta dos familiares e do deboche que ele acredita que iria sofrer. Diz que ainda sofre com isso.

Calisto conta sua história, colocando a foto de uma tatuagem que fez com o nome de música de uma cantora americana que, segundo ele, o ajudou a perceber que não queria morrer – e, sim, fugir:

"#MinhaPrimeiraTentativa de suicídio foi aos 17 anos, quando eu era calouro, não tinha nem seis meses de universidade ainda. Para quem olha de fora, eu não tinha motivos para pensar na possibilidade: passei no vestibular direto do terceiro ano, o que é considerado uma ótima coisa (e não concordo com isso, mas esse não é o foco), tinha amigos maravilhosos, pela primeira vez fazia uma coisa que gostava e estava me acostumando com a pessoa que eu me olhava no espelho. (...). Tinha me assumido como gay para amigos há um ano e para a família há uns seis meses. Se assumir como LGBT em uma família conservadora e evangélica nunca vai ser uma experiência maneira. Até hoje, qualquer coisa vira motivo para eu ouvir uma pregação de como eu deveria voltar pro lugar que me traumatizou (a igreja). Errei muito, eles erraram muito e eu deixei de me sentir em casa na minha própria residência. Passava o máximo de tempo fora de casa. Inventava trabalhos que não existiam só para escapar daquele ambiente claustrofóbico e tóxico para mim. Ser uma decepção para sua família nunca é algo legal. 2012 foi marcado por muitas tentativas, com apenas uma que me levou ao hospital, mas o sentimento continuou ali durante muito tempo." (15 curtidas)

George deixou a seguinte narrativa:

"#MinhaPrimeiraTentativa não foi culpa minha. Assim como não foram as subsequentes. E nem o transtorno bipolar o único responsável por elas. Quando se fala em população LGBT, cada suicídio tentado ou concretizado foi antes um homicídio social. É o tapa na cara que a bicha toma da família, é o estupro corretivo na rua que sapatão sofre, é o desrespeito às identidades trans... Mas, voltando à tentativa, eu tinha 14 anos quando saí do armário e um pouco antes disso, eu já me cortava. Meus pais trabalhavam fora e eu estudava de manhã, então tinha a tarde toda livre até eles chegarem. E depois que eu contei, aquele período vespertino foi um pandemônio para mim. Eu ficava horas chorando de culpa, me masturbando e me cortando. Percebia que esse ritmo fazia a pressão baixar e dava uma moleza que eu considerava gostosa por me fazer esquecer momentaneamente daquela penitência de ser bicha e ouvir que isso era errado, ter apanhado ao ponto de mudar de escola por isso e afins. Mas isso era uma romantização do caralho. Eu sabia que a moleza aumentava com o tamanho dos cortes e pela perda de sangue. Até que no meio de todo o desespero, resolvi numa tarde cortar até desmaiar. (...). Eu encostei pelada na parede do chuveiro, ligado e com a água quente escorrendo e cortei na horizontal e na vertical, várias linhas paralelas até começar a ver tudo embaçar. Quando eu percebi que ia desmaiar, eu chorei de desespero por não entender o motivo de eu ter chegado a aquele ponto pelo ódio e preconceito alheio. Eu sabia que poderia e provavelmente morreria ali. E ainda assim, tendo ido até aquele ponto, tive medo. Com o combo de antidepressivos e lítio e divalproato de sódio que sobram do meu tratamento também. Vomitei pra caralho e dormi pelo chão do quarto mesmo, me arrastando e sentindo a língua enrolar. Que nem meu estômago agora ao lembrar e narrar isso. Acho que nunca cheguei a detalhar isso pra ninguém, porque me culpava, tinha vergonha e medo do que faria minha família comigo se eu soubesse (sic), até andava de moleton no calor pra esconder as marcas cada vez maiores e mais fundas. Mas, se o mundo não disparasse ódio, isso não teria chegado a esse nível extremo. Não só meu, mas como o de toda galera da nossa população que é suicidada com sucesso (sic). Hoje eu sou uma sobrevivente, mas não minto que penso um pouco a cada dia em uma nova tentativa sempre que uma situação de opressão ocorre. E é só sair na rua. Parem de nos matar, por favor." (142 curtidas)

Alessandra contou um pouco da relação que tinha com Alexa, que estudavam na mesma universidade federal, quando a ofereceu uma carona, "cursava ciências sociais na UFX, era paulist, pobre e muito jovem". Conta que era, como muitos outros estudantes, visivelmente carente, "de condições materiais, de espaços sociais, de afetos". E continua:

"Estou triste! Muito triste! Com 'pena' de mim mesma. Porque nós da UFX não demos conta de 'ver', 'entender' e 'agir' para que Alexa não fosse embora, sem antes concluir seu curso de graduação. Pois 'ver' é diferente de observar. Entender é diferente de compreender. E 'agir' é diferente de fazer. Nesse caso, falhamos, falhamos antes quando outros se foram. Falhamos antes quando outros morreram aqui mesmo. Falhamos na nossa altivez em achar que fazemos 'muito' ou fazemos 'o que podemos'. Se Alexa tivesse ficado, se Alexa tivesse sido feliz aqui, ela, provavelmente, poderia chegar aos 40, 50, 60 anos e olhar para trás e 'ver', 'entender', 'agir' (...). Mas Alexa, de vinte e poucos anos, morreu desiludida, decepcionada, desesperada. Cansada. Infeliz." (297 curtidas)

Alessandra ainda deixou uma foto de Alexa no final da postagem, em que ela está sentada em posição de meditação, com camiseta amarela e (aparentemente) uma saia violeta, com os cabelos crespos, olhos pintados em faixa, como fazem algumas etnias indígenas, atrás dela um cenário de floresta, com muitas árvores e folhas.

Um ilustrador fez uma homenagem a ela, com um desenho dela sobre um fundo preto, cabelos longos e um *dread* caindo pelos ombros, asas de anjo na cor da bandeira da causa trans. A imagem foi bastante compartilhada e curtida. A UFX deixou nota em seu perfil informando com pesar comunicando o falecimento de Alexa, respeitando seu nome social, informando que ela era "engajada e ativa nos movimentos sociais; defendia o enfrentamento a todo tipo de discriminação" (937 curtidas).

Julieta, no dia seguinte, quem criou a campanha #MinhaPrimeiraTentativa, retirou-a do ar, alegando que algumas pessoas a pediram porque se sentiram mal lendo os relatos.

4.2 Parte 2: considerações

O *facebook* é uma rede social que é baseada no princípio de "linha de tempo". A linha do tempo é uma coluna na página inicial que mostra as atualizações de amigos e páginas seguidas, mas, ao contrário do que o nome indica, não segue uma ordem cronológica – e sim um complexo e misterioso axioma que é baseado no comportamento do usuário. Esse axioma, que pode ser considerada uma inteligência artificial, mostra o conteúdo na linha do tempo do usuário de acordo com as curtidas e interações que ele tem com os amigos e páginas. Por exemplo, é muito mais provável que as primeiras coisas mostradas na linha do tempo de uma pessoa X sejam as postagens de seu amigo^{vi} Y, de quem X mais curte, compartilha e comenta as postagens. X, que sempre curte as postagens do jornal A, perfil corporativo, tem grandes chances de ver bastante o jornal A em sua linha do tempo.

Desse modo, grande parte dessa pesquisa se tornou possível graças às conexões que os pesquisadores tiveram com pessoas na rede social. Ou seja, só se soube do suicídio de Alexa porque se viu uma postagem sobre o fato na linha do tempo e, então, se pode procurar mais informações e acompanhar o caso. Isso é dito porque é importante para entender o funcionamento social da rede e para melhor compreender como um caso de suicídio é repercutido e tornado público por conta das ligações estabelecidas dentro do *facebook*.

Miller³⁸ provê uma análise antropológica do uso da rede social em seu livro "Tales from Facebook". Ele acha importante fazer algumas considerações sobre a rede social e o indivíduo, a sua ideia de comunidade e transformações de tempo e espaço: (i) o *facebook* não inventa o *social networking*, mas ele o facilita e o expande; (ii) o *facebook* auxilia quem tem dificuldade em criar e manter relacionamentos; (iii) o *facebook* funciona como um meta-amigo; (iv) o *facebook* transforma nosso relacionamento com a privacidade; (v) o *facebook* transforma o Eu e a autoconsciência; o *facebook* transforma nossa relação com nossa 'comunidade' (vi) para o bem e (vii) para o mal; (viii) o *facebook* é um lugar com normatividades e moralidades; (ix) o *facebook* pode ser um instrumento político; (x) o *facebook* muda nosso relacionamento com o tempo; (xi) e com o espaço; (xii) o *facebook* muda nossa relação com o trabalho e o ócio; (xiii) o *facebook* não é somente uma corporação (empresa); (xiv) o *facebook* faz parte do que o autor chama de *polimídia*, que é o conjunto de todas as formas e redes sociais que usamos para a comunicação com o outro e, por fim, (x) o *facebook* enquanto sinônimo da internet.

Podemos encontrar algumas dessas chaves de análise nos casos aqui mostrados. Por exemplo, o ato de postar uma carta de suicídio pública no *facebook* nos mostra algumas dessas chaves. Primeiro, que Alexa construiu uma rede com outras pessoas trans pela rede social; Julieta

e ela conversavam pela ferramenta de *chat* mas nunca haviam se encontrado pessoalmente. Quando postou sua carta, ela provavelmente esperava alguma reação de amigos que fossem ler a carta, e é nesse sentido que a rede funciona como um meta-amigo, porque quando nos relacionamos com ela, postando textos, fotos, curtindo coisas, comentando, sempre o fazemos na espera de reações dos outros (em forma de curtidas ou 'reações'^{vii}). Existe a relação com a privacidade, também; Alexa poderia ter deixado a carta visível somente para amigos, ou para pessoas específicas, mas deixou aberta. A mesma coisa acontece com as pessoas que postaram publicamente as suas tentativas por meio da hashtag #MinhaPrimeiraTentativa; muitas delas, pela primeira vez, expunham seus encontros com o suicídio. E, assim, a rede social também transforma o Eu e a autoconsciência. Todas as pessoas que expuseram seus casos tiveram que pensar e repensar em suas histórias pessoais e, então, organizar formas de transmitir um episódio por meio de uma postagem.

Miller também assevera a importância de se analisar as situações por meio de seu uso local para evitar grandes generalizações sobre as consequências das redes sociais. Por exemplo, como vimos em parte dos comentários citados, os usuários atribuem causas da transfobia aos discursos de ódio promovidos por pastores/políticos. Alguns dizem até que Alexa foi suicidada, ou seja, levada ao suicídio por conta da violência cotidianamente sofrida. É importante olhar isso sob a perspectiva local, de que o Brasil é considerado como um dos países mais transfóbicos do mundo por conta do número (extraoficial) de assassinatos de pessoas trans, somado ao fato de o poder legislativo ser configurado essencialmente por bancadas cada vez mais conservadoras com relação às moralidades individuais. Isso evidencia a rede social como um instrumento político e de protesto.

Com relação à comunidade e as transformações que a rede social nos traz, podemos observar o seguinte: ao mesmo tempo em que a criação da hashtag #MinhaPrimeiraTentativa tinha um viés político no que tange a importância de se discutir a questão do suicídio da população LGBTQIA+, ela teve reações positivas (as pessoas que postaram) e negativas (as pessoas que ficaram incomodadas e pediram para ela ser extinta). Isso também vai ao encontro com as moralidades e normatividades; a rede social enquanto comunidade funciona como um filtro do que pode ser ou não postado – e isso sem falar das normas de utilização do próprio site (as fotos com seios femininos à mostra, por exemplo, são sempre censuradas). É possível até encontrar um tutorial sobre o que fazer caso entre em contato com uma mensagem suicida na rede, porém, ela está bem escondida na sessão de 'ajuda' do site.

5 Conclusão

Ao tomarmos a questão do suicídio como um ato final, estamos desvelando, na verdade, um processo de opressão, trauma e constrangimentos a modos de vida que se interpõe no cotidiano das subjetividades que foram se estendendo dentro da sigla LGBTQIA+; simultaneamente ao reconhecimento da diversidade desse campo, o que reforça teoricamente a fragilidade argumentativa das posturas tradicionais que persistem com um olhar monolítico e essencialista que não consegue perceber nem diferenças nem diversidades.

O que destacamos como questão, é que passado mais de um século da publicação da obra "O Suicídio" de Émile Durkheim, o peso das normas sociais continua atuante e presente em ambientes como as redes sociais, possibilitando a publicização e amplificação das subjetividades e, portanto, tornando-as visíveis em seus conflitos cotidianos. Também ao pensar os escritos de Marx sobre o suicídio e a noção contemporânea de "sofrimento social" esses fatos são traduzidos por uma inconformidade e a necessidade de ação sobre a sociedade e os meios que sustentam a opressão e os constrangimentos sofridos por esses sujeitos num campo de constante complexificação das relações de gênero e construção das subjetividades.

Conjugamos também necessário trazer outros nomes para a discussão, como a "homonormatividade" (em contraponto à heteronormatividade) proposta por Rob Cover, que diz respeito à normas, práticas, culturas e representações que podem estar implicadas em dificuldades experimentadas, reproduzindo formas de isolamento e exclusão²⁵; e que são produzidas no seio da comunidade LGBTQIA+. Isso envolve, por exemplo, formatos de corpos idealizados por jovens gays em aplicativos, exclusão sistemática das pessoas trans em políticas e

na própria comunidade, modelos normativos de sexualidade que excluem as pessoas assexuais, e assim por diante.

Também fazemos coro a Cover quando ele assevera que a temática tenha uma abordagem não do risco (fatores de risco ou grupos de risco, com aconteceu com a população LGBTQIA+ no advento da aids), mas, por meio da promoção e da crítica da resiliência, de modo que tornem possível se pensar formas de prevenção no contemporâneo (inclusive levando em conta o espaço que a vida social tem tomado nas mídias digitais) e que ajudem essas pessoas a enfrentar e resistir ao suicídio enquanto resultado peremptório de dores insuportáveis, reconhecendo o valor ético da vulnerabilidade. É primordial que um dos pilares dessa transformação seja por meio de uma educação mais inclusiva.

Alexa não foi a única pessoa trans que se matou e que acompanhamos durante pesquisa nas redes sociais. São diversos casos, são diversos discursos de sofrimento e de violência sofridos no cotidiano relatados por pessoas LGBTQIA+ e, também, muitos outros que fazem coro aos setores mais conservadores da sociedade e que, fundamentalmente, estão nas redes sociais para espalhar ódio. Isso torna a internet um campo de constante disputa que reduz os sujeitos em vidas passíveis de luto ou não; ou seja, vidas vivíveis ou não.

Nesse sentido, colocamos que os estudos nas redes sociais são importantes para entender as questões concernentes ao ser humano na contemporaneidade. Aqui, particularmente, relatamos um caso de suicídio e suas consequências na rede social e deixamos espaço para que formas de prevenção e políticas públicas inclusivas sejam pensadas para diminuir os casos de suicídio e de violência contra a população LGBTQIA+. É essencial e urgente colocar o tema em debate.

Referências bibliográficas

1. Verdier E, Firdion J-M. Homosexualités et suicide. Montblanc: H&O Editions; 2003.
2. Dorais M. Dead boys can't dance: sexual orientation, masculinity, and suicide. Montreal: McGill-Queen's University Press; 2004.
3. Suicide Prevention Center. Suicide risk and prevention for lesbian, gay, bisexual and transgender youth. Massachusetts: Education Development Center, Inc; 2008.
4. Teixeira-Filho FS, Rondini CA, Bessa JC. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. Educação e Pesquisa. 2011;37(4):725-42
5. Durkheim E. O Suicídio. Stahel M (trad.); 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2013.
6. Marx, K. Sobre o suicídio. Enderle R, Fontanella F (trad.); São Paulo: Boitempo Editorial; 2006.
7. Da Silva, AO. Karl Marx: sobre o suicídio. Revista Espaço Acadêmico. 2012;11(132):124-7
8. Organização Mundial da Saúde. Preventing Suicide: A Global Imperative. Luxemburgo; 2014.
9. Mello-Santos C, Bertolote J, Wang Y. Epidemiology of Suicide in Brazil (1980 – 2000): characterization of age and gender rates of suicide. Rev. bras. psiquiatr. 2016; 27(2):131-34.
10. Lovisi GM, et al. Análise Epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. Rev. bras. psiquiatr. 2009; 31(supl. II):86-93.
11. Marquetti FC. O Suicídio como Espetáculo na Metrópole de São Paulo. São Paulo: Editora UNIFESP; 2012; p. 21.
12. Idem, p. 27.
13. Marquetti FC. O Suicídio e sua Essência Transgressora. Psicol. USP. 2014; 25:237-45.
14. Idem, p. 238
15. Idem.
16. Staples J, Widger T. Situating Suicide as an Anthropological Problem: Ethnographic Approaches to Understanding Self-Harm and Self-Inflicted Death. Cult Med Psychiatry. 2016; 36.
17. Idem, p.186.
18. Foucault M. História da Sexualidade 1: a Vontade de Saber. Albuquerque MTC, Albuquerque JAG (trad.), Rio de Janeiro: Edições Graal; 1998; p.149.
19. Idem. p.150, grifos do autor.
20. Idem. p.152.
21. Idem.
22. Idem. p.156.
23. Butler J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?; Vargas M (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015; p.78.

24. Idem. p.13.
25. Cover R. *Queer Youth Suicide, Culture and Identity: Unliveable Lives?*. England: Ashgate; 2012.
26. Idem. p.139.
27. Butler J. *Undoing Gender*. Great Britain: Routledge; 2004
28. Idem. p.41.
29. Idem.
30. Kleinman A, Das V, & Lock MM. *Social suffering*. California: Univ of California Press; 1997.
31. Fassin D. Entre politiques du vivant et politiques de la vie. *Anthropologie et sociétés*. 2000;24(1):95-116.
32. Butler J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*; Aguiar R (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
33. boyd d. *It's complicated: The social lives of networked teens*. New York: Yale University Press; 2014.
34. Idem, p.221-2.
35. boyd d, Eliison NB. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *J Comput Mediat Commun*. 2008;13(1):210-30.
36. Idem, p.221.
37. Horst A, Miller D. *Digital Anthropology*. Londres: Bloomsbury; 2012; p.2.
38. Miller D. *Tales from Facebook*. Cambridge: Polity Press; 2011.

Artigo Recebido: 08.07.2016

Aprovado para publicação: 30.08.2016

Thiago Nagafuchi

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.

AV. DR. ARNALDO Nº 715

CERQUEIRA CÉSAR

01246904 - São Paulo, SP - Brasil

Telefone: (11) 30617971

Email: thiagonagafuchi@gmail.com

ⁱ Nomes e informações biográficas foram alterados para preservar a identidade das pessoas.

ⁱⁱ "Estou indo embora, para sempre, nunca voltar por esse caminho", John Frusciante, Dying.

ⁱⁱⁱ Estamos usando essa sigla que significa "lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo e assexuais" por considerarmos que é uma forma mais simplificada que mais expressa e detalha de nos referirmos às populações no que tange marcadores sociais da diferença. Consideramos essa inclusão de novos marcadores nos estudos queer e de gênero.

^{iv} Entendemos aqui, para os devidos fins, *queer* como um sinônimo de LGBTQIA+.

^v A *hashtag* funciona como um indexador, que torna fácil a busca de postagens sobre um mesmo tema. Utiliza-se uma cerquilha (#) e a palavra ou frase que remete ao tema.

^{vi} "amigo" no sentido de conexão criada por meio da ferramenta de amizade do facebook, que é uma conexão estabelecida entre duas 'pessoas' (existem perfis de robôs, também) por meio de pedido e aceitação.

^{vii} Durante muitos anos, a rede social permitia que as pessoas curtissem as coisas dos outros, que nada mais é do que mostrar uma reação apertando o botão "curtir", representado por uma mão fechada com o dedo em riste. Porém, recentemente, é possível também reagir com um coração (amei), com um emoji sorrindo (hehe), com um emoji com a boca aberta de espanto (uau), com um emoji triste com uma lágrima (triste) e com um emoji bravo.